

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de janeiro de 2025 às 07h46
Seleção de Notícias

Migalhas | BR

Arbitragem e Mediação

Arbitragem e o estudante de Direito: O aprendizado por experiência	3
--	---

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Spotify repassou US\$ 10 bilhões à indústria da música no ano passado	6
---	---

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | LARA PAIVA

Inovação

Brasileira acusa companhia portuguesa de copiar avião	7
---	---

JULIO WIZIACK

Consultor Jurídico | BR

Propriedade Intelectual

A arte aos olhos da Justiça	8
-----------------------------------	---

Arbitragem e o estudante de Direito: O aprendizado por experiência



Thiago Marinho Nunes

As presentes linhas possuem como foco o estudante de Direito, ou mesmo jovem advogado, que se interessa pelo desenvolvimento de uma carreira focada na **arbitragem**. Em especial, aqueles que têm como objetivo a atuação como árbitro.

Muito se tem discutido sobre em que um estudante universitário ou profissional em início de carreira deve focar quando almeja desenvolver uma carreira na **arbitragem**. Dentre as mais variadas lições, tem-se ganhado destaque o profundo estudo do Direito Material, em especial o Direito Civil e o Direito Comercial. Ganha destaque, ainda, o estudo desgarrado da **arbitragem** em relação à prática processual civil, especialmente no que concerne às diferenças que existem entre a advocacia exercida em âmbito judicial e arbitral¹.

Não há dúvida de que ambas as lições acima possuem a sua razão de ser no estudante ou profissional em início de carreira que almejam exercer a função de árbitro. Mas não parece ser suficiente.

Primeiramente, deve-se levar em consideração o que é a profissão e o que significa ser árbitro. A atuação como árbitro é equivalente à prestação de um serviço de natureza jurisdicional por pessoas físicas, as quais, por sua vez, são indicadas pelas partes litigantes. Em outras palavras: árbitro não é árbitro de profissão, mas está árbitro, cumprindo uma missão confiada pelas partes, que os(as) indicam, e de forma

temporária². E o mais importante: a missão jurisdicional assumida pelo árbitro se resume numa verdadeira obrigação de resultado, isto é, cabe ao árbitro proferir uma sentença executável ou passível de ser cumprida³, garantindo-se, assim, a efetiva resolução do litígio⁴.

Em seguida, a menção genérica ao estudo do Direito Material não parece conter a precisão necessária à aspiração ao exercício da função de árbitro. Pessoas são nomeadas como árbitro em razão da confiança das partes na sua condição moral e técnica para o exercício de tal múnus. Evidentemente que uma parte envolvida num litígio envolvendo infraestrutura terá a intenção de indicar pessoa especializada no assunto, o que é diferente de ser um especialista. Especializada diz respeito à experiência que tal pessoa possui em determinado ramo da indústria. Tal pessoa terá, inevitavelmente, que dominar e aplicar o Direito Material específico à determinada controvérsia, o qual variará conforme a discussão travada no processo.

Já o aludido desgarramento do estudante ao processo civil igualmente não parece ser recomendado. **Arbitragem** é processo e, apesar das diferenças sistêmicas entre processo arbitral e processo judicial⁵, suas raízes teóricas são semelhantes às do processo civil⁶, com a diferença de que quem julgará o litígio serão árbitros indicados pelas partes, imparciais e independentes, assim como o juiz estatal⁷. Trata-se de atividade contenciosa semelhante à que se desenvolve nos tribunais estatais, com a diferença de que se litigará em âmbito privado, levando-se e conta a autonomia da vontade das partes e a consequente flexibilidade procedimental (lei 9.307/96 ou "Lei de **Arbitragem**", art. 21, § 2º⁸), e ter-se-á em mente que o contencioso arbitral se desenvolve com previsibilidade, em etapas e tem por finalidade a entrega de uma sentença final, que não é passível de recurso⁹. Dominar a teoria geral do processo e atuar nas lides

Continuação: Arbitragem e o estudante de Direito: O aprendizado por experiência

forenses é fundamental ao estudante ou jovem advogado que procura se inserir no mercado da **arbitragem** e pretende assumir a função judicante¹⁰. Trata-se de ponto fundamental para que o profissional saiba identificar as diferenças entre esses dois campos procedimentais.

Feitas essas breves considerações, o que se propõe nessas linhas é procurar demonstrar um método que pode ser ainda mais útil ao estudante ou advogado em início de carreira, caso um dia pretenda atuar como árbitro: o aprendizado por experiência. Segundo renomados autores, o aprendizado por experiência:

"Consiste em fazer com que os estudantes aprendam diretamente com a experiência. Eles refletem sobre o que fazem, pensam, sentem durante uma situação que vivem ou observam (experiência). Munidos desses elementos, os aprendizes contrastam os eventos com a teoria e vivenciam uma nova experiência"¹¹.

Tal tipo de método pode ser aplicado com sucesso ao estudante de Direito ou mesmo o advogado em início de carreira na **arbitragem**. Aprender e desenvolver a nobre função jurisdicional não encontra plena suficiência nos estudos jurídicos, notadamente no estudo do Direito Material. É preciso ir além.

Na prática, o aprendiz, ao aplicar tal método, já desenvolverá suas atividades na seara arbitral e observará como as demais pessoas envolvidas num determinado assunto agirão. Isso se dá por meio do exame das ordens processuais e sentenças que são emitidas pelo tribunal arbitral, mas, especialmente, pelas condutas adotadas pelos árbitros no decorrer do processo e nas audiências. Isso vai desde a audiência para discussão e assinatura do termo de **arbitragem**, passando para uma audiência de exposição oral do caso, até a audiência de instrução. Nesta última, em especial, o aprendizado baseado em experiência prévia ganha ainda mais relevância, visto que o estudante ou advogado em início de carreira poderá identificar, por exemplo, as razões pelas quais a contradita de uma testemunha é ou não in-

deferida e os motivos de tal decisão, a razão pela qual eventuais perguntas formuladas pelos advogados em inquirições e contra inquirições são deferidas ou indeferidas, e porque um tribunal arbitral, a depender da situação, instiga as partes a tentarem suspender o curso do processo para ingressarem em procedimento de **mediação** (fenômeno conhecido como "janela de **mediação**"¹²).

A experiência aludida no parágrafo anterior pode se dar, na prática, preferencialmente pelos estágios realizados nas bancas de advocacia atuantes em contencioso e **arbitragem**, pela assessoria aos profissionais que usualmente exercem a função de árbitro, pela atuação junto ao secretariado das câmaras arbitrais ou por meio da participação em competições de **arbitragem**. Nessas últimas, conquanto o tribunal arbitral que avalia os estudantes não julgue a causa constante no problema proposto, e, com isso, não se aprende a "função jurisdicional", o estudante imerge em um caso fictício que aborda aspectos de Direito Material e Processual similares aos encontrados na prática cotidiana. De forma experimental e sob pressão, os estudantes procuram responder adequadamente às perguntas formuladas pelos árbitros. E, aplicando-se o aprendizado por experiência, observam as perguntas formuladas à equipe adversa e as respostas apresentadas. Aprende-se o que fazer e o que não fazer.

Ao aplicar o aprendizado por experiência complementado pelo estudo do Direito Material e Processual, o estudante ou advogado em início de carreira na **arbitragem** poderá, além de "integrar conceitos e interpretações de materiais jurídicos" com exemplos da realidade", avaliar o próprio desempenho em situações concretas (aprender a aprender)" e "identificar e compreender razões para comportamentos de outras pessoas em situações concretas"¹³.

Em relação ao último ponto citado, é de especial importância que o estudante identifique e compreenda o porquê de determinadas condutas, comportamentos

Continuação: Arbitragem e o estudante de Direito: O aprendizado por experiência

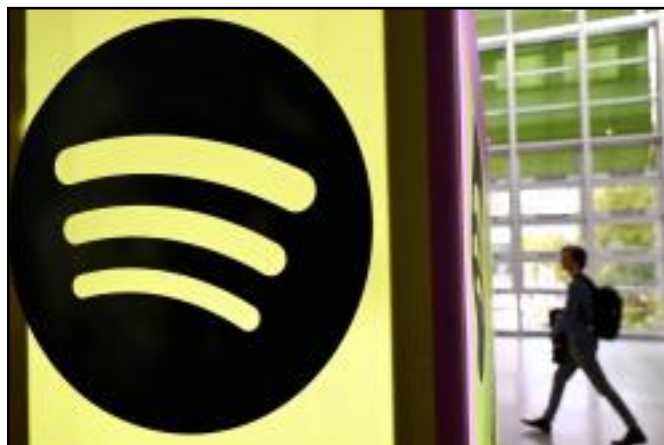
e decisões emitidas pelos árbitros durante um processo arbitral. Ao almejar exercer a função de árbitro, deve o estudante, em adição ao profundo estudo do Direito Material e do Direito Processual, absorver a essência da função jurisdicional, e, a esse respeito, o aprendizado por experiência ajudará o aprendiz não apenas nos aspectos materiais e processuais relativos à função que almeja exercer, mas, ainda, a valorizar a ética profissional e o trabalho realizado com esforço

e excelência¹⁴.

Como relatado nessas linhas, o aprendizado por experiência na seara arbitral tem a sua razão de ser e pode ser aplicado com sucesso pelo estudante ou advogado em início de carreira¹⁵.

Spotify repassou US\$ 10 bilhões à indústria da música no ano passado

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



então distribuem uma porcentagem aos músicos e artistas.

"Em 2014, a indústria musical atingiu uma baixa quando as receitas globais de música gravada chegaram a US\$ 13 bilhões. A contribuição anual do Spotify na época era cerca de US\$ 1 bilhão, com aproximadamente 15 milhões de assinantes pagantes. Em 2024, o Spotify sozinho pagou um recorde de US\$ 10 bilhões para a indústria da música - totalizando quase US\$ 60 bilhões desde a nossa fundação", afirmou, em comunicado, o executivo David Kaefer.

Empresa diz ter distribuído total de US\$ 60 bilhões aos detentores de **direitos** autorais desde sua fundação, em 2006

A empresa informou que mais detalhes sobre estes números serão divulgados no relatório Loud & Clear, que deve ser publicado nas próximas semanas.

São Paulo

A plataforma de streaming Spotify repassou US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 59,3 bilhões, na cotação atual) à indústria da música no ano passado, um aumento de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,9 bilhões) comparado ao valor de 2023.

Segundo o serviço, desde que ele foi fundado, em 2006, já movimentou quase US\$ 60 bilhões (R\$ 355,6 bilhões). No ano passado, mais de 600 milhões de pessoas utilizavam o Spotify.

Logo da empresa Spotify

-

Em 2023, a empresa informou que cerca de 70% de seu lucro -proveniente de assinaturas e propagandas- é distribuído aos detentores dos **direitos** autorais das canções, como uma gravadora ou selo musical, que

Brasileira acusa companhia portuguesa de copiar avião



Desaer comunica EEA Aircraft de que modelo lançado em Portugal viola propriedade intelectual e que tomará providências

Brasília

A Desaer, fabricante de aviões de São José dos Campos (SP), acusa sua ex-parceira portuguesa EEA Aircraft de copiar uma aeronave e lançá-la agora em Portugal como se fosse sua. A brasileira diz que tomará providências.

Projeto do ATL-100, aeronave brasileira em desenvolvimento pela empresa Desaer

-

Em comunicado enviado à estatal CEIIA (Centro de Engenharia e Desenvolvimento), que controla a EEA, a Desaer informa que o protótipo LUS222 é "uma cópia de seu ATL 100", uma aeronave de nove lugares.

O projeto do ATL 100 é protegido por direitos de propriedade e, em 2019, a Desaer firmou acordo de parceria com a EEA.

abpi.empauta.com

Segundo a Desaer, os portugueses propuseram uma joint-venture, mirando **transferência** de tecnologia.

Caberia a eles levantar os recursos necessários para a produção do protótipo, o que não ocorreu. Por isso, ainda segundo a Desaer, o contrato foi desfeito em 2021.

No entanto, nesse ínterim, a fabricante brasileira afirma ter trocado informações protegidas com a companhia portuguesa.

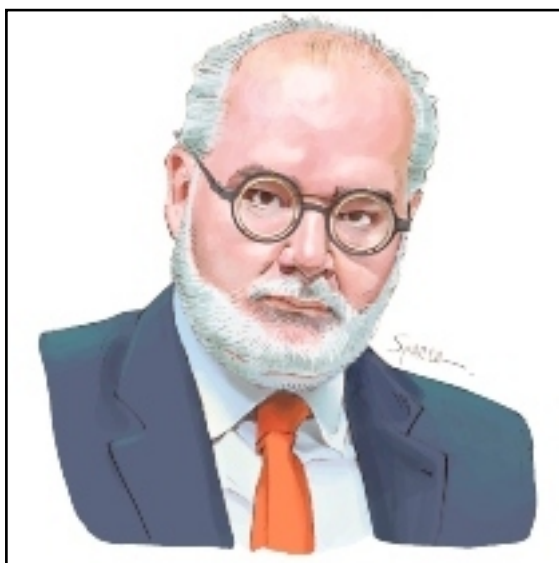
"É importante frisar, porém, que constava no contrato que todo material fornecido só poderia ser utilizado única e exclusivamente em benefício da sociedade que seria constituída", diz o comunicado obtido pelo Painel S.A.. "Também existia uma cláusula de não-concorrência de cinco anos."

A Desaer avalia transferir sua fábrica para Maricá (RJ). O prefeito Washington Quaquá prometeu benefícios fiscais à fabricante como forma de dar o pontapé inicial para um polo aeronáutico no município como forma de reduzir a dependência do petróleo.

A coluna não conseguiu contato com a EEA, nem com a CEIIA até a publicação desta reportagem.

Com Stéfanie Rigamonti

A arte aos olhos da Justiça



Nos últimos dias do outono de 2024, na respeitada Faculdade de Direito da Universidade de Turim, Itália, aconteceu a conferência "Diritto dell'Arte, Opinião A arte aos olhos da Justiça

é árbitro da Court of Arbitration for Art (CAfA Rotterdam) do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (OMPI Genebra) e do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (Assunção Paraguai). Professor da Faculdade de Direito da UFPB. Foi professor Visitante do Departamento de Direito da Universidade de Turim Itália.

Nos últimos dias do outono de 2024, na respeitada Faculdade de Direito da Universidade de Turim, Itália, aconteceu a conferência "Diritto dell'Arte, Processo e Nuove Tecnologie", cujo principal objetivo foi discutir esses temas tão atuais quanto relevantes a partir do livro "L'Opera d'Arte in Tribunale" (ed. Postmedia Books), obra recém publicada por Alessandra Donati, advogada em Milão e professora de direito privado comparado na Universidade Milano-Bicocca, e Novelio Furin, naming-partner do Studio Legale Associato Furin-Grotto, de Vicenza, no Vêneto, dedicado ao Direito Penal Econômico.

O lugar da conferência não poderia ter sido mais apropriado. Afinal, a capital do Piemonte abriga espaços culturais de enorme prestígio internacional, como a feira de arte Artissima, a Pinacoteca Agnelli, a Fundação Merz, o Museu de Arte Contemporânea do Castello di Rivoli e o Centro de Conservação e Restauração de La Venaria Reale. Certamente, por conta desse denso e diverso ecossistema artístico, desenvolveu-se na cidade de Turim uma sofisticada Escola de Direito da Arte, liderada pelo professor Gianmaria Ajani, catedrático de direito comparado e ex-reitor da Università di Torino, que tem contado com expoentes como Silvia Ferreri, Angelo Chianale, Domenico di Micco, Geo Magri, Mario Riberi, Alberto Odenino e Vittoria Trifiletti.

Tive a alegria de participar do evento e a felicidade de encontrar antigos e novos colegas. De uma perspectiva brasileira, o timing da conferência não poderia ter sido mais apropriado, dado o excepcional momento por que passam o mercado e o direito da arte no Brasil na atualidade. Segundo alguns dados dos relatórios mais recentes da feira Art Basel e do banco suíço UBS, 92% dos grandes colecionadores brasileiros dizem-se otimistas com o futuro do mercado neste momento. De acordo com as mesmas fontes, as coleções brasileiras de arte contemporânea só perdem para as coleções francesas em número médio de peças (69 contra 62). Além disso, o Brasil conta atualmente com três nomes na lista global dos "Top Collectors" elaborada pela ARTnews. Sem esquecer que o número de coleções corporativas e museus privados de arte contemporânea aumentou muito nos últimos anos entre nós.

A esse cenário tão positivo se soma a recente decisão do Centro Georges Pompidou, de Paris, de instalar nos próximos anos uma filial brasileira próxima às Cataratas de Iguaçu, e o Museu de Arte de São Paulo, o maior da América Latina, inaugurar em abril de 2025 um projeto de expansão de US\$ 43 milhões. Indicadores como esses - e tantos outros - levaram a consultoria de arte Sophie Su a divulgar, há poucos

dias, em seu site: "Brazilian Art Wins the World in 2025".

Debates sobre arte no Legislativo

Diante deste auspicioso momento artístico-econômico, o Legislativo brasileiro vem discutindo uma série de projetos de lei relacionados ao mercado de arte como, por exemplo, a respeito da definição legal de artista visual [1], da obrigatoriedade de emissão de certificados de autenticidade [2], do registro notarial da propriedade de obras de arte [3], da criminalização de condutas relativas à falsificação[4] e do agravamento das penas por lavagem de dinheiro com obras de arte [5].

Toda essa movimentação, obviamente, tem resultado em mais publicações, eventos, podcasts, teses, juristas e pesquisadores dedicados ao Direito da Arte no Brasil. A equação é simples: quanto maior o mercado, maior o número de questões jurídicas, dúvidas, polêmicas e discussões nele suscitadas. Tanto assim que, quando a Court of Arbitration for Art (CAfA) foi criada, em 2018, em Rotterdam, havia apenas um único árbitro brasileiro. Hoje, já são 11 os árbitros nacionais.

Spacca

Bem, o livro "L'Opera d'Arte in Tribunale" - cujo lançamento motivou a realização da mesa-redonda "Diritto dell'Arte, Processo e Nuove Tecnologie" em Turim - já constitui um case book de referência obrigatória nos circuitos internacionais do direito da arte, uma vez que explora, com abrangência, profundidade e criatividade, a complexa relação entre o artístico e o jurídico, abordando questões clássicas que necessitavam de novos olhares - como a definição de obra de arte, a proteção dos **direitos** autorais, a autenticidade, o direito de sequência, a circulação de bens culturais, o transporte e o seguro de obras de arte - , bem como temas contemporâneos que ainda não haviam recebido da literatura jurídica um tratamento sistemático mais aprofundado, como

os regimes jurídicos das instalações, performances e obras de arte conceituais, a retrodatação das obras, o papel dos especuladores e a recente reforma penal italiana da tutela dos bens culturais.

Abordagem de temas jurídicos

Em pouco menos de 500 páginas, divididas em 5 partes, "L'Opera d'Arte in Tribunale" aborda temas jurídicos tradicionais e atuais a partir da justaposição de argumentos de direito público, direito privado, direito comparado, direito internacional, direito europeu e teoria jurídica. O resultado é um livro curioso, interessante, didático, preciso, claro e inovador, que prende a atenção do leitor e cujo principal mérito é estabelecer pontes entre diversas jurisdições e atores jurídicos a partir de rica pesquisa jurisprudencial.

Decisões estrangeiras emblemáticas, como as do caso Brancusi, nos EUA, Sorbelli v. Kimiko Yoshida, na França, ou Full Colour Black Limited v. Banksy, no Reino Unido, juntam-se à análise de inúmeros processos decididos em tribunais italianos para revelar, a partir do método da comparação, como diferentes sistemas jurídicos definem, protegem e regulam as obras de arte e os artistas. Pelo texto elegante e bem escrito de Donati e Furin, desfilam personagens marcantes da história da arte, como Michelangelo e seu Davi, De Chirico, Catellan, Koons, Beuys, Beltracchi, a Bienal de Veneza e tantos outros.

Da forma como foi estruturado, "L'Opera d'Arte in Tribunale" constitui um rico manual para "legal transplants" e "cross-fertilizations", interações dinâmicas e colaborativas entre ideias e soluções jurídicas, que permitem a evolução e o enriquecimento dos vários sistemas normativos. Isso é especialmente relevante em um mundo globalizado, onde a arte é um bem jurídico comum e problemas transfronteiriços como a proteção de artistas e de consumidores, o tráfico de bens culturais e a lavagem de dinheiro com obras de arte demandam soluções jurídicas também compartilhadas.

Importância da jurisprudência

Há quem diga que a jurisprudência seria a fonte mais pura do direito por supostamente já estar "despoluída" do conteúdo político-parlamentar da lei. Não concordo com esse argumento, mas reconheço que os precedentes judiciais vêm ganhando progressiva relevância como fonte do direito nos sistemas jurídicos da Civil Law, como é o caso do Brasil. É inegável que, dia após dia, entre nós, a jurisprudência desempenha um papel cada vez mais importante na integração de lacunas e no aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, vez que permite maior flexibilidade, mais agilidade e melhor adaptação do direito às mudanças sociais e culturais, sem abrir mão da previsibilidade das decisões judiciais.

A nova publicação de Donati e Furin traz à tona a tensão inerente entre a rigidez normativa do direito e a fluidez criativa da arte. As linguagens da arte, por sua própria natureza expansiva, muitas vezes desafiam - voluntária ou involuntariamente - os limites impostos pelo direito. Esse stress é central no debate proposto em "L'Opera d'Arte in Tribunale", livro que busca equilibrar a proteção dos direitos dos artistas com a promoção das liberdades econômicas e o acesso público às obras de arte. Para empregar uma imagem já utilizada por Italo Calvino, o tempo da arte é golfinho; o tempo do direito é âncora. No campo desafiador e mutante do Direito da Arte, o papel da jurisprudência internacional e comparada é particularmente valioso, pois aponta como esses dois tempos convergiram em casos paradigmáticos a respeito das linguagens artísticas.

Ao abraçar a forma de case book, a obra de Alessandra Donati e Novelio Furin junta-se assim a outros excepcionais livros estrangeiros que até agora ainda não encontravam similares na literatura jurídica italiana, como o francês "Les Procès de l'Art: Petites histoires de l'art et grandes affaires de droit", de Céline Delavaux e Marie-Hélène Vignes, o inglês "The Trials of Art", de Daniel McClean, o belga "Art &

Law", de Bert Demarsin e Bernard Tilleman, o canadense "Art Law: Cases and Controversies", de Paul Bain, e os norte-americanos "Art Law: Cases and Materials", de Leonard D. Duboff e Michael D. Murray, "Art, Cultural Heritage, and the Law - Cases and Materials", de Patty Gerstenblith, e "Law, Ethics, and the Visual Arts", de John Henry Merryman e Albert Elsen. Infelizmente, ainda não há nada parecido em língua portuguesa e essa lacuna precisa ser colmatada urgentemente, quem sabe com uma tradução.

A diversidade dos perfis profissionais dos autores envolvidos no case book italiano - professores universitários, pesquisadores, funcionários da direção de museus, jovens profissionais, advogados experientes, estudiosos de diversas áreas do direito, de distintas regiões da Itália - confere à "L'Opera d'Arte in Tribunale" ainda mais pluralidade de abordagens e perspectivas, que combinam rigor técnico com reflexões críticas agudas sobre o impacto cultural e econômico das linguagens artísticas no mundo contemporâneo e seu direito.

Essa riqueza de pontos de vista, somada à ampla variedade da jurisprudência analisada - de origem norte-americana, italiana, francesa, inglesa, alemã e europeia - , torna o livro uma leitura especialmente interessante não apenas para profissionais do campo jurídico, mas também para colecionadores, artistas, curadores, diretores de museus, gestores públicos da cultura, administradores de fundos de investimento em arte, seguradoras, peritos, connoisseurs, art advisors, galeristas, marchands, leiloeiros e restauradores interessados nos crescentes desafios jurídicos impostos pela complexidade do mercado da arte. Isso também ocorre porque "L'Opera d'Arte in Tribunale", além de organizar e sistematizar questões jurídicas em torno da arte, convida seus leitores a refletirem sobre os limites e possibilidades do direito atual em um mundo artístico em constante transformação.

Debate sobre o livro

Arte, direito e tecnologia - os temas escolhidos para a mesa-redonda que debateu o livro - sempre mantiveram um diálogo intenso. Em 1892, por exemplo, o professor Francesco Buonamici, de Pisa, já tratava do impacto jurídico de então "novas" tecnologias como a fotografia, o telégrafo e o telefone no seu artigo "Di Alcune Applicazioni dei Principi Giuridici alle Moderne Scoperte dell'Arte". Hoje, as transformações decorrentes da virtualização e da digitalização das artes são cada vez mais intensas, profundas e velozes, mas algumas perplexidades e dificuldades do direito em lidar com o novo em termos estéticos e tecnológicos parecem permanecer as mesmas, desde Buonamici. Isso é o que permite Alessandra Donati e Novelio Furin tratarem de questões jurídicas muito atuais da arte contemporânea recorrendo, várias vezes, a casos clássicos, que ocorreram há mais de cem anos. Passado, presente e futuro se misturam tanto na arte como no direito.

A magistral capa de "L'opera d'Arte in Tribunale", realizada pela book designer Alessandra Mancini, merece um comentário em particular. Nela, é reproduzida a obra "Pendant" (2022), da série "Shakedown", de autoria do artista japonês Kensuke Koike, uma espécie de baralho de 36 cartas que, juntas, tanto podem formar uma grande fotografia de um rosto feminino como admitem ser reagrupadas de infinitas maneiras, formando inúmeras outras imagens. Ao permitir a manipulação de imagens com simplicidade e engenhosidade, Kensuke Koike cria uma narrativa visual complexa, que desafia as noções de identidade e percepção.

Aquela metáfora visual do baralho abriga múltiplos sentidos, todos presentes de alguma forma no livro, na arte e no direito: aleatoriedade, imprevisibilidade, acaso, jogo, regra, estratégia, escolha, criatividade, estrutura, ordem, organização, caos, completude, limite, hierarquia, fragilidade, instabilidade, identidade, diversidade, controle, poder, determinismo, livre-arbítrio, mistério, engano, ilusão, repetição e coautoria.

Ao concluir, registro que, como bons artistas provocadores, os dois autores italianos não oferecem todas as respostas e deixam os seus leitores a refletir sobre muitos outros aspectos da arte e do direito. Algumas dúvidas continuam a ecoar no leitor, mesmo depois de concluída a leitura do belo texto. Compartilho algumas dessas dúvidas que me assolaram nas últimas semanas: a inteligência artificial pode, de fato, colecionar? É possível falar em uma verdadeira curadoria digital, que não seja apenas a mera recolha de obras de arte por temas, períodos ou origens definidas? O que difere as chamadas "poéticas do acaso", que exploram a imprevisibilidade, a aleatoriedade e o fortuito como elementos centrais no processo de criação artística, da obra derivada de inteligência artificial?

Como diria René Magritte, "ceci n'est pas un manuel d'introduction"!

[1] PL 1928/2024, do Dep. Clodoaldo Magalhães, PV/PE.

[2] PL 5362/2023, do Dep. Eduardo Bismarck, PDT/CE.

[3] PL 4516/2019, do Dep. Denis Bezerra, PSB/CE.

[4] PL 4205/2023, do Dep. Prof. Paulo Fernando, REPUBLIC/DF, e PL 4293/2020, do Dep. Felício Larterça, PSL/RJ.

[5] PL 3363/2019, do Dep. Marcelo Calero, CIDADANIA/RJ.

Marcílio Toscano Franca Filho É Árbitro Da Court Of Arbitration For Art

Índice remissivo de assuntos

Arbitragem e Mediação
3

Direitos Autorais
6, 8

Inovação
7

Propriedade Intelectual
8